



Comissão da Especialização em Energia da Ordem dos Engenheiros

CICLO DE ENCONTROS DEBATE SOBRE O PREÇO DA ENERGIA



1 - As renováveis são mais caras que as convencionais?

Há renováveis e renováveis.

Tem dias (e horas)...

Hoje, algumas tecnologias são competitivas, em situação normal de “boas práticas”.

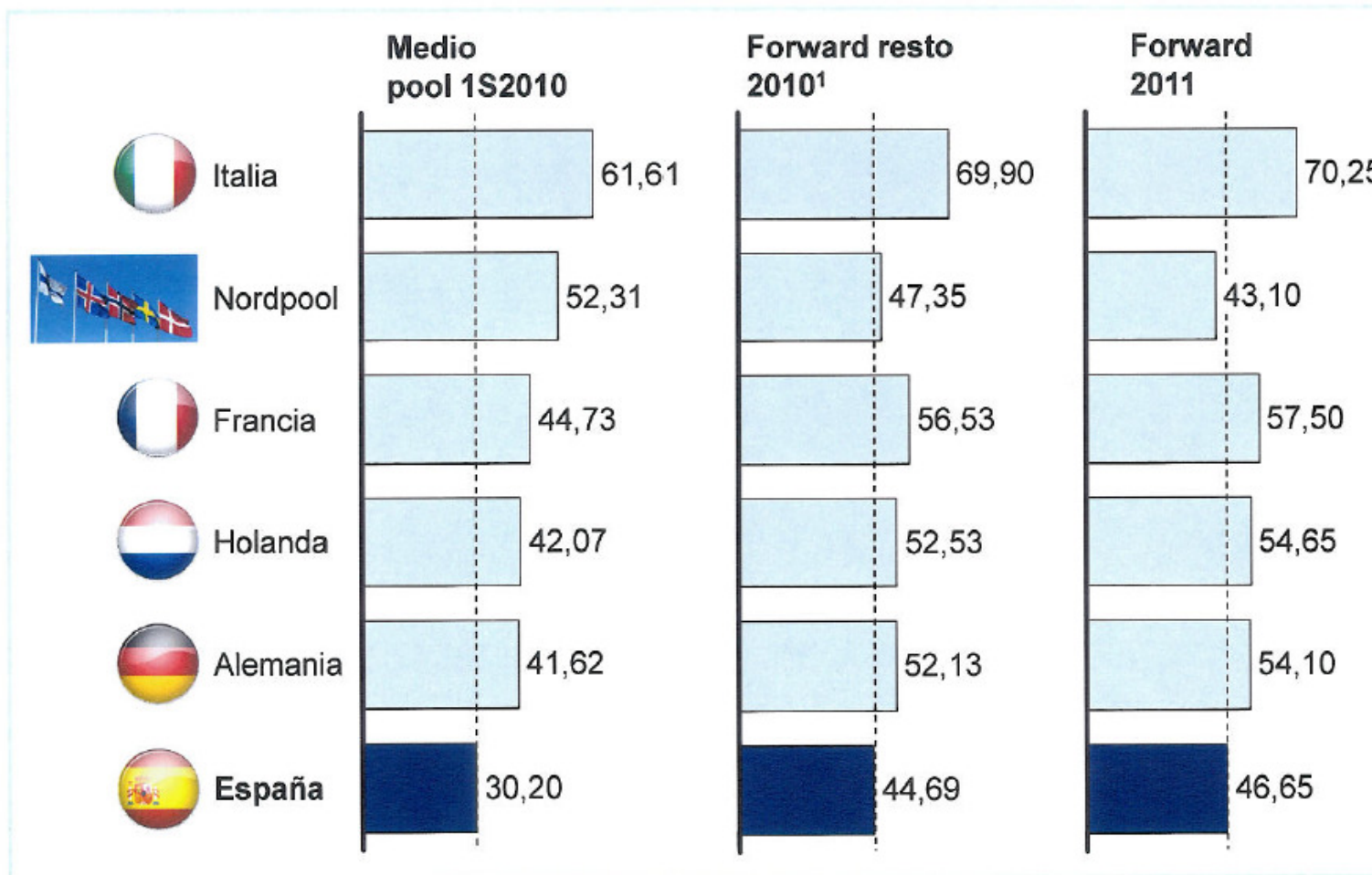
Hoje, outras tecnologias apenas são competitivas em situações particulares, de abundância do recurso, por exemplo.

Hoje, outras são mais caras.

Claro que, em função do comportamento (volátil) dos custos dos combustíveis primários, ou resultado de actos administrativos, ou ainda de decisões internas às *utilities*, oscila o “fiel” competitivo.

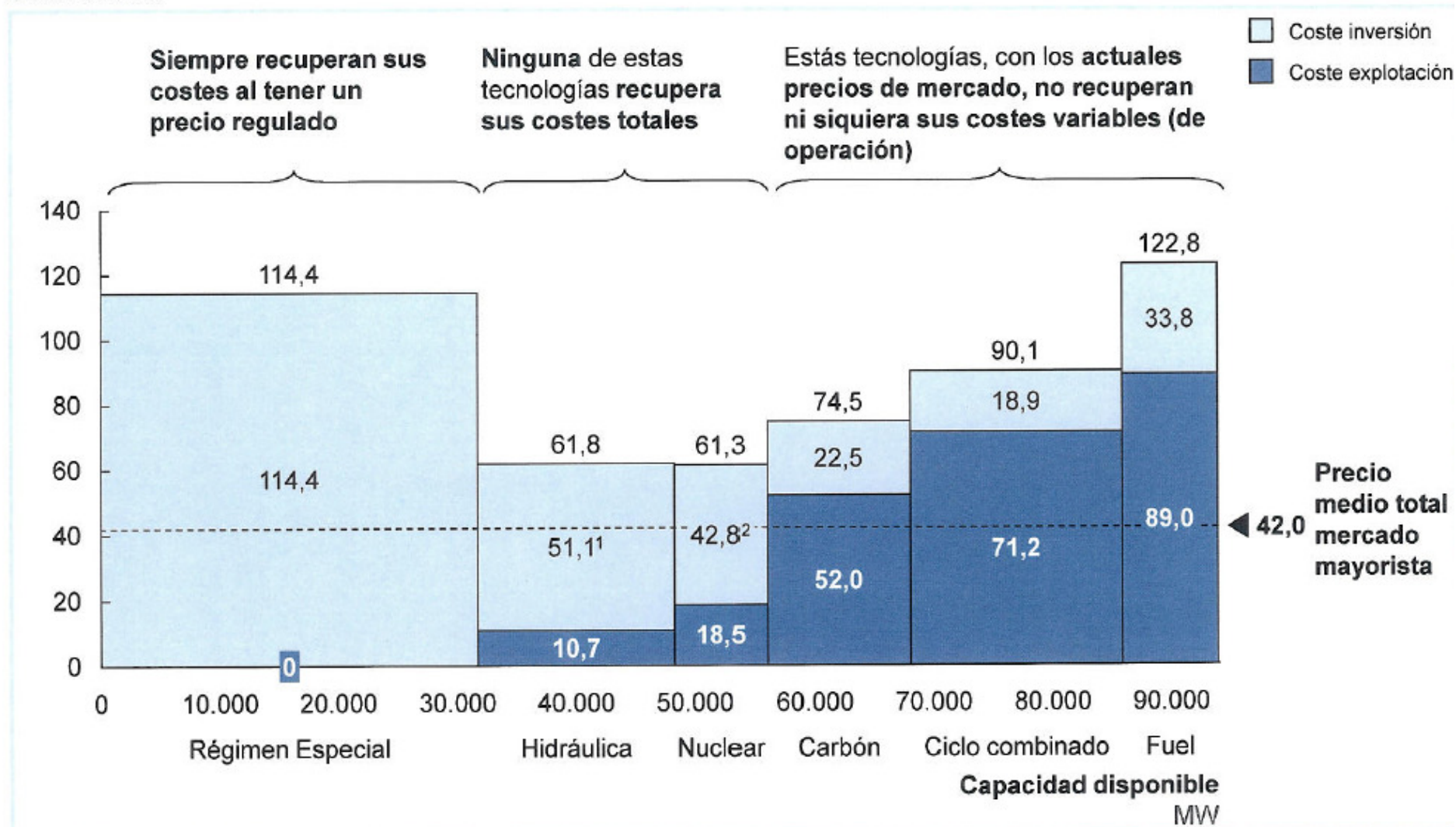


Precios mercados mayoristas en Europa €/MWh



¹ Precio forward del producto que cubre el resto del año
17-02-2011

Orden de mérito y costes totales 2009. €/MWh



1 Se incluye 4,9 €/MWh de coste por el Bono Social

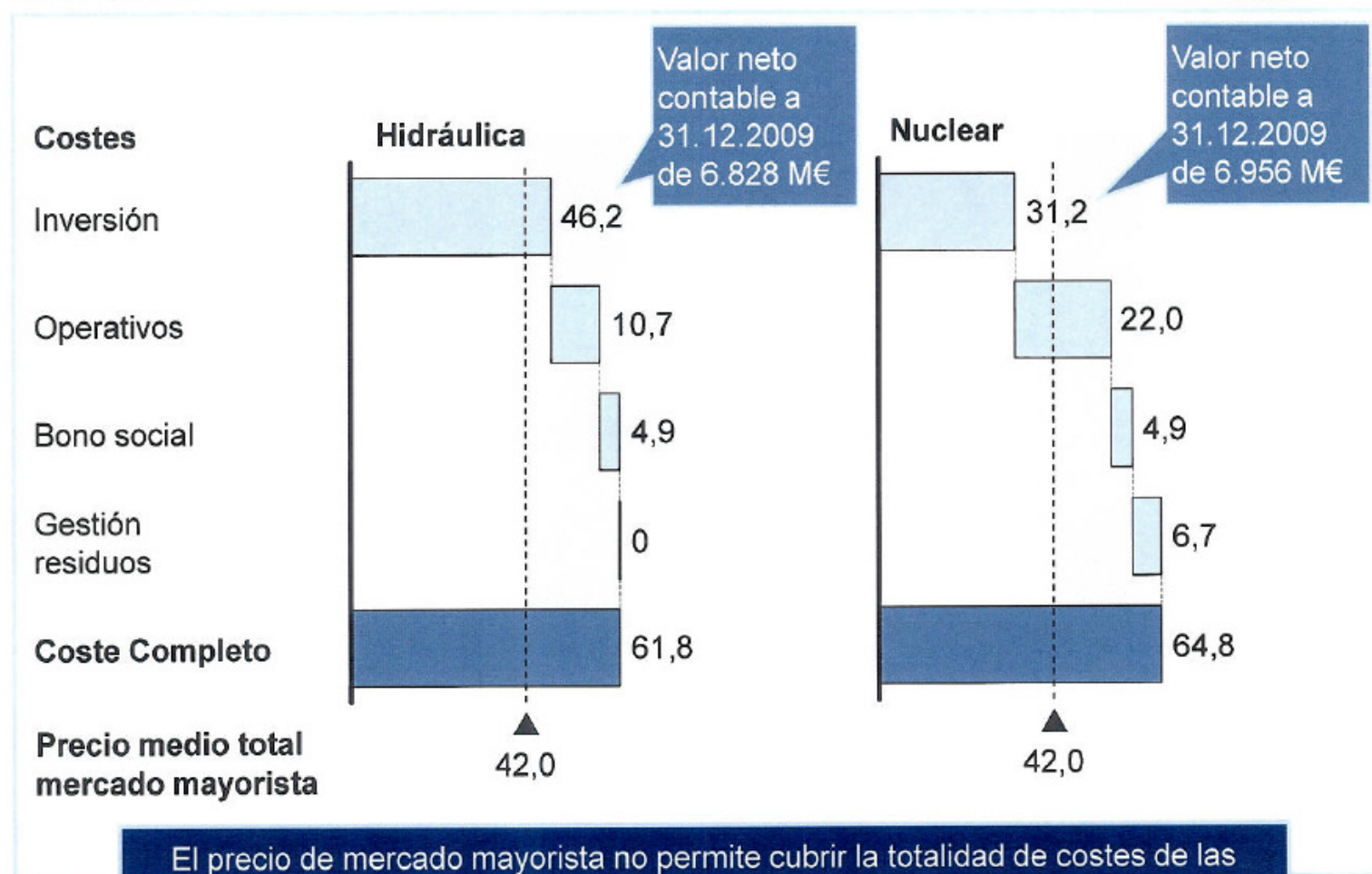
2 Se incluye 4,9 €/MWh de coste por el Bono Social y 6,7 €/MWh de gestión de residuos

FUENTE: UNESA. Elaboración propia

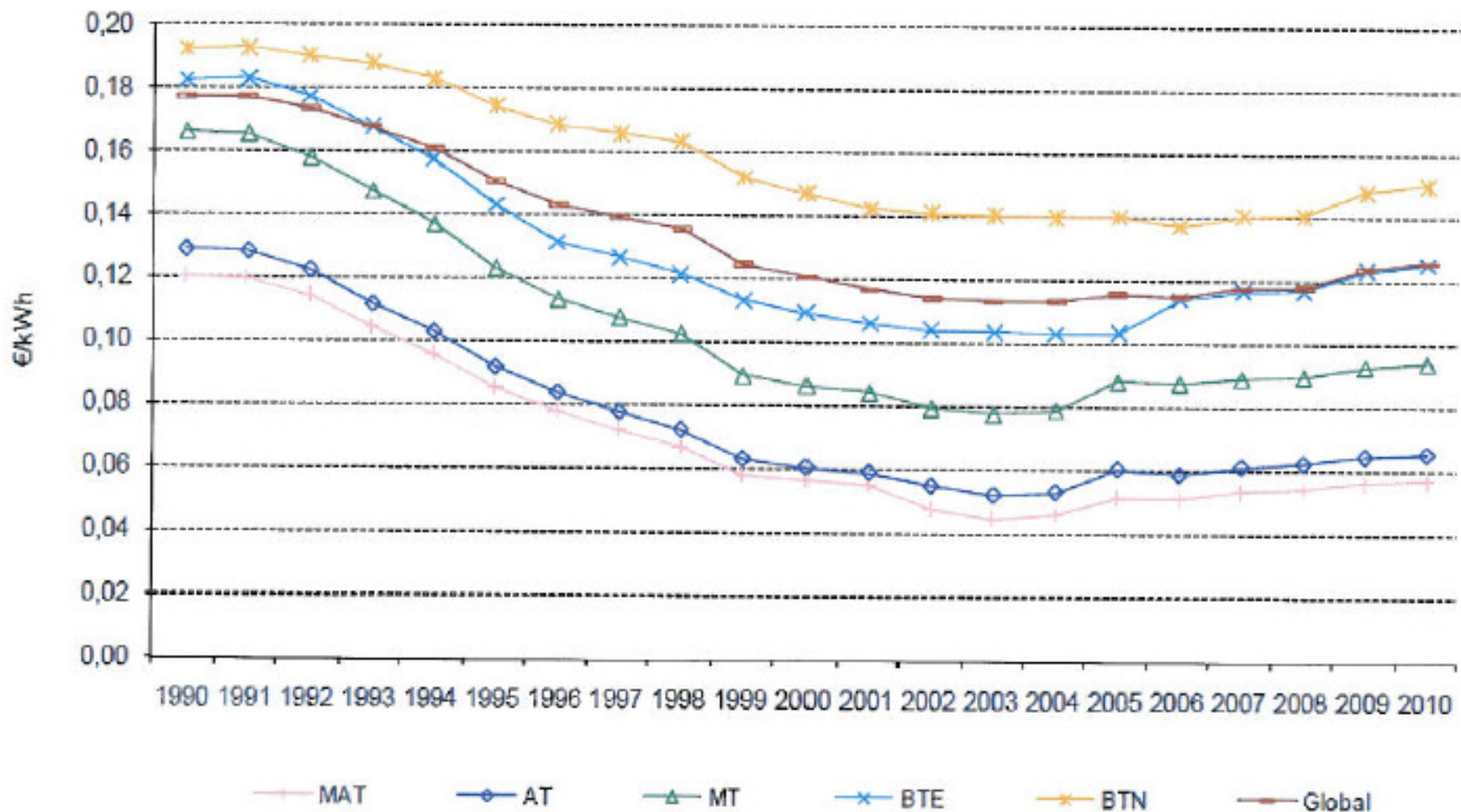


Coste completo de las distintas tecnologías de Régimen Ordinario 2009. €/MWh

Diferencia entre precio de mercado y coste totales



Evolução das tarifas eléctricas ao consumidor final por nível de tensão (1990-2010; €/MWh; preços constantes de 2010)



A Cor do
Dinheiro



**CAMILO
LOURENÇO**



As eólicas encarecem a energia? Ainda bem!

Cada português paga cerca de 90 euros para "subsidiar" as energias limpas (essencialmente energia eólica) segundo contas deste jornal. É muito? É. Coisa que parece dar razão aos que defendem a aposta noutras fontes de energia para não sobrecarregar famílias e empresas. Mas o sacrifício vale a pena. Primeiro porque qualquer forma de energia é, nos primeiros estágios de desenvolvimento da tecnologia, cara. Seja porque a investigação não permitiu ainda obter mais eficiência, seja porque não atingiu a escala suficiente para fazer baixar o preço dos equipamentos. Em segundo lugar porque não há alternativa: o País tem de chegar a 2020 respeitando metas de emissões de CO2 impostas por Bruxelas (não há tempo útil para recorrer a outras formas de energia, como a nuclear). Mas há outra razão, ainda mais importante, para "subsidiar" energia limpa: a eficiência na utilização, questão quase nunca falada quando se debate o preço da energia. O que é que ela significa? Que a economia tem de aprender a produzir mais com menos energia. E aqui a história diz-nos que os grandes momentos em que se fez um esforço sério para melhorar a eficiência na utilização de energia foi quando o preço aumentou drasticamente: depois dos choques petrolíferos de 1973 e 1980. É doloroso? É: não há empresa portuguesa que não se queixe que é menos competitiva que as congéneres espanholas porque paga a electricidade mais cara. A esses convém recordar que os dinamarqueses pagam a energia cinco vezes mais cara que a nossa... mas são mais competitivos.

camilolourenco@gmail.com



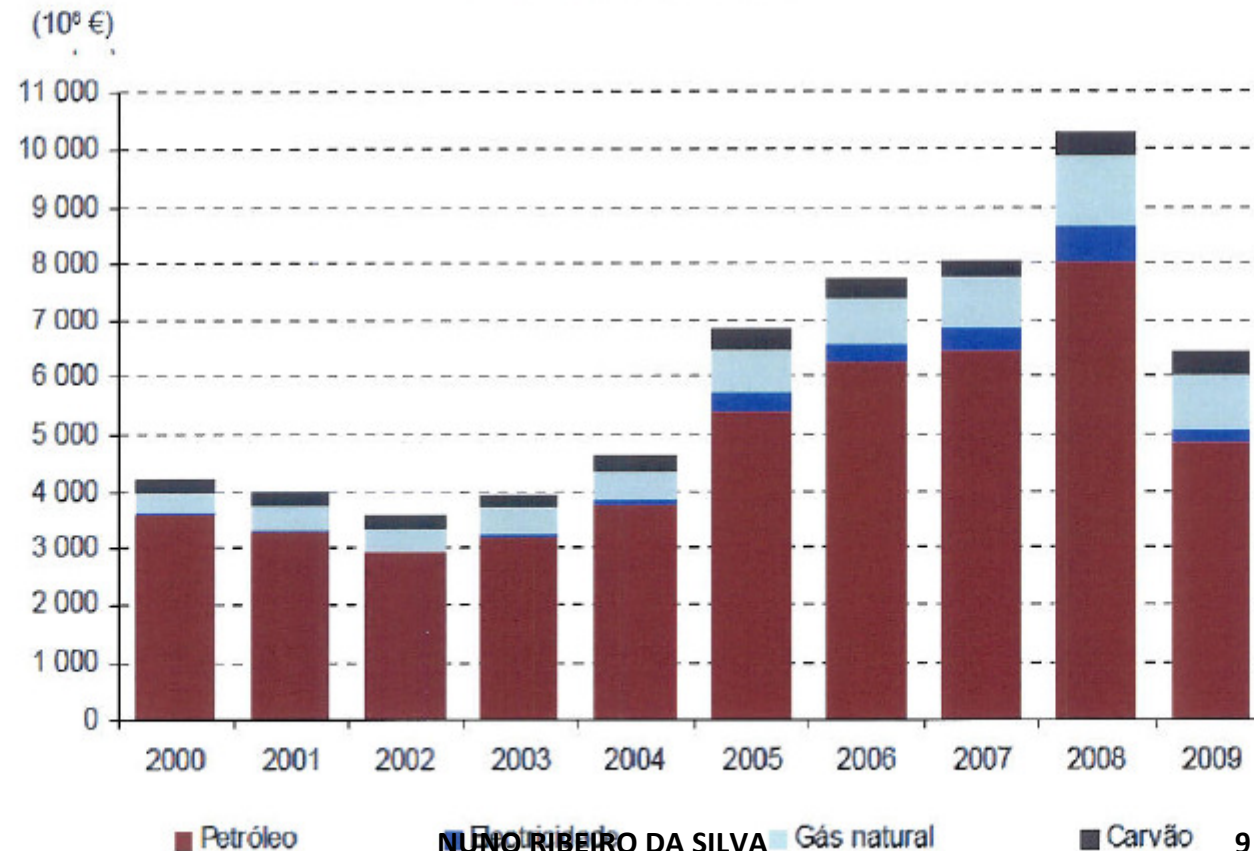
2 – Se há sobrecusto, os benefícios directos e indirectos podem compensá-lo? Serão esses benefícios indirectos quantificáveis?

Decorre da resposta anterior que a competitividade das renováveis é projectada, contabilizando outros benefícios directos – tangíveis, quantificáveis e monitorizáveis – como é o caso da cadeia de valor “retida” no país, a substituição de importações, poluentes não emitidos, emprego directo e indirecto criado, etc.

Algumas externalidades indirectas, ou são dificilmente quantificáveis ou monitorizáveis, ou é pouco sólida a tentativa de avaliar quantitativamente – impacte estético dos empreendimentos, balanço de impactes de um aproveitamento hídrico, valor na óptica da segurança do abastecimento...

Esta dependência energética externa, centrada no sector dos transportes, expõe a nossa economia à volatilidade dos mercados internacionais

IMPORTAÇÃO BRUTA DE ENERGIA – 2000/2009
(a preços correntes)





3 – A política portuguesa de Renováveis está actualmente ajustada? Se não, quais as propostas alternativas?

A política portuguesa de Renováveis está, no essencial, ajustada, nomeadamente com os desígnios políticos da União Europeia – também em consonância com o que se verifica na generalidade dos países do mundo – e com os novos desafios geoestratégicos, tecnológicos e empresariais que se colocam ao sector energético, em geral, e eléctrico, em particular.

É falha em aspectos como a promoção do uso das renováveis para fins não eléctricos, em distorções fiscais, entre outras, penalizadoras das renováveis.